

Processo nº
2020002761

Assunto
Edital de Licitação - Resposta à Impugnação

Modalidade
Concorrência nº 001/2020

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Vistos e Relatos...

Interpõe recurso administrativo a empresa Metro Engenharia E Construções Ltda, inscrita no CNPJ nº 37.654.084/0001-97, com sede na cidade de Goiânia-GO, possuindo por representante legal o Sr. Sergio Ricardo Teixeira da Silva, portador do RG nº 1.671.938 SSP/GO, vindo a impugnar o edital de licitação na modalidade Concorrência nº 001/2020, cujo objeto é "contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada por preço unitário, para os serviços públicos continuados de limpeza urbana e predial/manutenção".

Entende o impugnante que a "planilha orçamentária contém erros que a afetam a viabilidade da prestação de serviços".

Instrui a impugnação com peça de 8 laudas. Apresentou contrato social. Apresentou documento pessoal do sócio peticionante.

Sucinto o relatório. Passo a decidir.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A empresa Metro Engenharia E Construções Ltda veio a apresentar impugnação ao edital junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Inaciolândia em original, vindo a abertura da licitação estar programada para o dia 04.08.2020 e o protocolo da impugnação efetuado no dia 28.07.2020.

Preliminarmente, em conformidade com o §3º do artigo 41 da Lei 8.666/1993, a impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

Para assegurar a garantia constitucional do contraditório criou-se a impugnação ao edital como um instrumento administrativo de contestação da ilegalidade de cláusulas que supostamente possam existir no ato convocatório, cujo exercício é atribuído ao licitante ou por qualquer cidadão (§§ 1º e 2º do art. 41 da Lei nº. 8.666/93). Deve, então, ser entendido como uma forma de provocação da Administração à verificação da legalidade do ato convocatório.

Reza o § 2º, artigo 41, da Lei nº. 8.666/93 que decairá do direito de impugnar os termos do edital quem não o fizer nos prazos estabelecidos. Ou seja, se o interessado não exercer seu direito observando os prazos legais, automaticamente decairá do direito de discutir os termos do edital, senão vejamos:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1.º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2.º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, Concorrência ou concurso, ou a

realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso". (grifos nossos)

Em análise aos requisitos para conhecimento e análise do pedido, observa-se ao que dispõe o Edital:

4.1.4. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão e por licitante, respectivamente, até o 5º dia útil e até o 2º dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação, nos termos do art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, mediante petição a ser protocolizada na sala da Licitações, dirigida à Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

4.1.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, a licitante que não o fizer, protocolando o pedido na sede da prefeitura, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes Documentação e Proposta, apontando falhas ou irregularidades.

Assim, o prazo para impugnação do edital são de 02 dias anteriores a data de abertura dos envelopes de habilitação (art. 41 § 2º da Lei 8.666/93), vindo assim ocorrer dentro do prazo a presente manifestação, sendo a mesma declarada tempestiva, passando-se a análise do mesmo.

2.

DA LEGITIMIDADE - REPRESENTATIVIDADE

Conforme segue anexo, o presente recurso está devidamente representado, em razão da demonstração do contrato social e documento do sócio, havendo assim representatividade da presente empresa frente a impugnação manejada.

Neste sentido:

Processo	-	APL 130089320058070003 DF 0013008-93.2005.807.0003
Órgão Julgador-		4ª Turma Cível
Publicação	-	19/10/2009, DJ-e Pág. 154
Julgamento	-	17 de Junho de 2009
Relator	-	ARLINDO MARES

Ementa

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RESCISÃO DE CESSÃO DE DIREITOS E ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO CUMULADO COM REINTEGRAÇÃO DE POSSE MAIS PERDAS E DANOS. SENTENÇA CONJUNTA QUE EXTINGUIU OS FEITOS, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 267, INCISOS IV E VI, DO CPC. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRATO SOCIAL A LEGITIMAR PROCURAÇÃO ASSINADA PELO SÓCIO. CONFUSÃO ENTRE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA. IRREGULARIDADE PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO APELO. CESSÃO DE DIREITOS FEITA PELA EMPRESA. FALTA DE LEGITIMIDADE DO SÓCIO PARA VIR EM JUÍZO.

1. NÃO SE CONHECE DE RECURSO EM QUE PESSOA JURÍDICA DEIXA DE COLACIONAR SEU ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL COM VISTAS A DETERMINAR A PESSOA FÍSICA APTA A REPRESENTÁ-LA ATIVA OU PASSIVAMENTE EM JUÍZO, NOS TERMOS DO ART. 12, INC. VI, DO CPC.

2. EM DEMANDA NA QUAL O AUTOR É PESSOA FÍSICA E O OBJETO DA LIDE FOI CELEBRADO POR PESSOA JURÍDICA, PATENTE TORNA-SE SUA ILEGITIMATIO AD CAUSAM, PORQUANTO NÃO SE PODE POSTULAR DIREITO ALHEIO EM NOME PRÓPRIO, SEGUNDO DICÇÃO DO ART. 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

3. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA.

Assim, conforme acordão acima, com a apresentação do contrato social e documento do sócio anexo, passa-se a analisar fundamento e mérito da impugnação protocolizada, ponto por ponto questionado.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO.

A segurança jurídica acoberta o presente edital, contudo pode sim ser analisado de forma mais ampla. Verifica-se pela análise dos autos, mais detidamente o edital de licitação, que este foi elaborado dentro das legalidades que tal tipo de licitação lhe impõe.

A CPL junto com a Presidente, ao elaborar o edital relativo a Concorrência nº 001/2020, limitou-se a pedir documentos que são necessários à habilitação das empresas participantes e mais documentos relativos a segurança jurídica do Poder Público para confiabilidade de demonstração de caráter competitivo e principalmente executório dos serviços aqui lançados,

principalmente por dizer questão a até mesmo risco de segurança para término da obra, não podendo o Poder Público assumir tal risco, principalmente se preocupando em ter a algum momento do contrato que buscar nova empresa para possível contratação emergencial por rescisão contratual.

Da mesma forma, a planilha orçamentária foi elaborada por profissional de extenso gabarito, ou seja, o Sr. José Leandro Resende, inscrito no registro profissional CREA/GO nº 4119/D, como Engenheiro Civil, onde conforme é público e notório, o profissional acima foi servidor de extensa carreira junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás junto a Secretaria de Fiscalização e Obras, inclusive chegando este a ser o Superintendente da respectiva secretaria.

No que tange a impugnação temo:

1. Planilha orçamentária contém erros que a afetam a viabilidade da prestação de serviços.

No que tange a respectiva impugnação, temos que esta é eminentemente técnica, pois é necessária a análise exclusiva do profissional que veio a elaborar a dita planilha orçamentária, não possuindo conhecimentos estes Presidente para tomar decisões e dirimir quaisquer esclarecimentos que sejam.

Neste interim, a impugnação foi remetida ao Sr. Dr. José Leandro Resende para análise e manifestação pelo mesmo em razão dos apontamentos técnicos.

A resposta do mesmo segue cirurgicamente esclarecida e respondida, inclusive percebendo que a Impugnante, conforme exposto pelo Engenheiro, veio a querer induzir o conhecido jogo de planilhas para delongar e querer fazer prosperar suas alegações recursais, além do que delimitar citações, naquilo que lhe convinha, o que é veementemente refutado por esta Comissão Permanente de Licitação.

Assim temos a resposta:

PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIOLÂNDIA - GO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 (abertura prevista para 04/8/2020)
CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA / PREDIAL

RESPOSTAS AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO.

EMPRESA: METRO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

➤ *Ofício sem numeração, datado de 28/7/2020.*

INCOERÊNCIAS QUANTO A COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

1) A empresa impugnante solicita reformulação do orçamento básico da concorrência 001/2020, de modo a sanar "irregularidades orçamentárias", apontando que o percentual para os Encargos Sociais calculados nas planilhas do ORÇAMENTO BÁSICO para os LOTE 01 e 02 (de 71,89%) está incompatível com a orientação do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, definida no RA 099/16, que adota a planilha da AGETOP/GOINFRA, cujo percentual para encargos sociais é de 75,89%, para mensalistas sem desoneração.

RESPOSTA 1:

A própria impugnante, em sua solicitação, cita trechos do Manual Para Análises de serviços de LIMPEZA URBANA e MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, em relação ao percentual para Encargos sociais:

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás adota como referencial de análise para os encargos sociais o percentual de 75,89% (sem desoneração) ou 51,72% (com desoneração), partindo-se dos percentuais paradigmas estabelecidos nas planilhas referenciais adotadas pela agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP. (grifo nosso)

Rua 205 nº 25, Caixa Postal 1005, Setor Coimbra, Goiânia-GO, CEP 74.530-030

Primeiramente, a impugnante ocultou uma parte importante do título do Manual do TCM (RA 099/16), ou seja, a denominação completa desta importante fonte de referência é: **Manual de ORIENTAÇÕES para Análise de Serviços de Limpeza Urbana**. Então, trata-se de uma orientação. O importante é constar no Edital / Projeto Básico, para que todos eventuais licitantes concorram nas mesmas condições.

Posteriormente, a impugnante cita que:

Segundo o Manual Para análises de serviços de LIMPEZA URBANA e MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS do TCU (não seria TCM?), deve-se seguir a composição dos encargos sociais da AGETOP/GOINFRA vigente, que é de 75,89% (mensalista sem desoneração), conforme imagem abaixo: (grifo nosso)

Em nenhum momento ou lugar no Manual do TCM consta a expressão "*deve-se seguir*". Esta é uma interpretação equivocada da impugnante. Conforme o trecho citado anteriormente no próprio ofício da impugnante, o Manual do TCM adota as composições da antiga AGETOP, hoje GOINFRA, para definição do percentual dos encargos sociais a serem adotados nos orçamentos, apenas como referencial, isto é, não determina expressamente, apenas é uma referência, sendo que não são admitidos percentuais superiores aos referenciais;

Desta forma, não assiste nenhuma razão à impugnante, mesmo porque esta condição expressa nas planilhas do Projeto Básico são oportunizadas para todas as empresas licitantes, não havendo nenhum privilégio ou direcionamento e nem mesmo é restritiva.

2) A empresa impugnante aponta que no orçamento para cálculo da administração local do LOTE 02, quando da definição do valor final do salário do "Encarregado", o percentual adotado para os encargos sociais (de 75,87%) ficou diferente daquele definido na planilha de composição dos ENCARGOS SOCIAIS do projeto básico (de 71,89%).

RESPOSTA 2:

De fato, ocorreu este pequeno equívoco, provavelmente erro de digitação. No entanto, considerando que este valor está superior ao valor definido na planilha de composição dos ENCARGOS SOCIAIS do projeto básico e se refere a apenas 01 funcionário em relação aos 63 funcionários previstos para todo o projeto (lote 1 e lote 2), se torna totalmente irrisório.

Rua 200 nº 25, Caixa Postal 1005, Setor Coimbra, Goiânia-GO, CEP 74.530-030

Ao contrário dos cálculos apresentados pela impugnante, que, talvez para impressionar, ao retificar o percentual para os encargos sociais do item "Encarregado" apenas do LOTE 2, o valor final ficaria inferior ao valor do orçamento básico.

Isto em função de que o cálculo do percentual para os ENCARGOS SOCIAIS contidos na planilha do projeto básico, de R\$ 71,89%, não merece reparo e, ao reduzir o percentual no cálculo do "Encarregado" de 75,87% (que ficou equivocado) para o valor correto de 71,89%, o valor final também seria reduzido, passando de R\$ 240.059,01 para R\$ 239.958,91. Esta redução de R\$ 100,10 (cem reais e dez centavos) é insignificante e não justifica o cancelamento ou adiamento do procedimento licitatório e beneficiaria a empresa contratada.

A alegação final da impugnante é de que:

"..... se não corrigido gera um prejuízo mensal para a empresa licitante consagrada vencedora."

Considerando que, ao realizar a retificação do único equívoco apontado coerentemente, o valor final do projeto básico ficaria inferior àquele publicado, então cai por terra toda argumentação da licitante.

Atenciosamente.



Estrutural Engenharia e Consultoria Ltda.
José Leandro Resende
CREA 4119/D-GO

ANTE AO EXPOSTO, julga a presente impugnação IMPROCEDENTE, pois os fundamentos da impugnação não trazem embasamento legal conforme exposição do técnico especializado da área, onde conforme apontamento, a modificação ínfima que poderia ocorrer, seria somente referente ao LOTE 02, no patamar de R\$ 100,10 (cem reais e dez centavos), onde mais uma vez conforme exposto, em uma licitação de R\$ 239.958,91 mensal, tal valor não geraria prejuízo para as possíveis concorrentes, o que ao

contrário, a republicação de uma licitação deste porte sim, geraria um prejuízo temporal e financeiro para a presente administração pública, conforme muito bem exposto pelo Dr. José Leandro Resende.

4.

DA REABERTURA PARA CONTAGEM DO PRAZO

Conforme sedimentado, não á que se falar em reabertura do prazo para abertura do certame haja vista não se tratar de modificação que acarrete prejuízo tomando por base o valor da licitação referente ao valor analisado pelo Profissional Sr. Dr. José Leandro Resende, não sendo correto os apontamento de jogo de valores e jogo e exposições lançadas pela Impugnante.

A propósito, as jurisprudência são uníssonas, como a do Tribunal Federal do Espírito Santo, são firme no sentido de que a reabertura do prazo inicialmente concedido faz-se obrigatória quando as modificações são substanciais e, inquestionavelmente, afetam a formulação das propostas (Acórdãos 1.524/2006 e 2.081/2007, ambos do Plenário, dentre outros deste tribunal), na forma preceituada no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93. No caso em estudo, não restou configurado que as impugnações requeridas pela Impugnante se revestiram de extensão qualitativa e quantitativa suficiente para impedir o prosseguimento do certame.

A esse respeito, não é demais lembrar ensinamento de Marçal Justen Filho:

"O que se entende por 'não afetar a formulação de propostas'? O dispositivo tem de ser interpretado segundo o princípio da razoabilidade. Em princípio, toda e qualquer alteração do edital afeta a formulação das propostas. (...). Para adotar interpretação razoável, deve ter-se em vista, então, o prejuízo sofrido pelo licitante em virtude da alteração.;" (in Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 11ª edição, Dialética, pág. 191).

Nesta esteira temos o entendimento:

Número do Processo : 0032322005
Data do registro do acórdão: 14/04/2008
Relator : ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

Data de abertura : 11/02/2005
Data do ementário : 28/04/2008
Órgão : CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Ementa

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. IMPUGNAÇÃO DE EDITAL. LEGALIDADE DAS CLÁUSULAS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À AMPLA COMPETIÇÃO. CRITÉRIOS PROPORCIONAIS E ADEQUADOS. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. ALTERAÇÃO DO EDITAL QUE NÃO AFETA A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS. NOVA PUBLICAÇÃO DESNECESSIDADE. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

I. Há de ser denegada a segurança quando, examinado detidamente o edital, chega-se à conclusão de que não houve qualquer ilegalidade na elaboração de suas cláusulas.

II. Não há que se falar em violação do princípio da ampla competição quando as cláusulas editalícias preservam critérios proporcionais e adequados para a aferição da capacitação técnico-operacional dos licitantes, preservando, desta feita, a finalidade precípua da licitação.

III. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas - circunstância dos autos.

IV. Segurança denegada.

(MS 0032322005, Rel. Desembargador(a) ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS, julgado em 04/04/2008 , DJe 28/04/2008)

Assim não há que se falar em reabertura do prazo do presente edital, para abertura do certame marcado para o dia 04 de Agosto de 2020, às 09:00 horas, pois não se tratou de mudanças de significativas ou que gerem prejuízos conforme detalhadamente exposto.

5. CONCLUSÃO

Em nenhum momento esta municipalidade pautou em ferir princípios da administração pública, bem como a competitividade,

haja vista possuir vários interessados que vieram a proceder com o download do arquivo do edital junto ao site desta municipalidade, ou seja 139 procedimento de download referente a este edital junto ao site da Prefeitura Municipal.

As exigências no edital foram legais, estando estritamente adstritas as necessidades licitatórias e do cuidado com que objeto da licitação necessita.

Há de se valer ainda da descrição da lei ao posicionamento da proposta mais vantajosa inclusive declinando para uma apuração mais acirrada na forma da lei. O presente cuidado do respectivo ente público, diz única e restrito respeito ao cuidado com riscos que possam ocorrer, principalmente de gestão, pois uma má prestação de serviços, ou empresas com pouca experiência podem acarretar prejuízo a administração pública.

Assim, diante de toda a explanação feita neste documento, fica demonstrado que as alegações da impugnante NÃO MERECER ser acolhida por esta CPL, por estar o restante amparado nos princípios e disposições legais que regem a matéria.

6.

DISPOSITIVO DECISÓRIO.

DIANTE DE TODO O EXPOSTO, a Comissão de Licitação do Município de Inaciolândia, levando em conta as normas legais vigentes no ordenamento jurídico do País, **CONHECE** a impugnação manejada pela Impugnante por tempestiva, mas no mérito **JULGA IMPROCEDENTE** nos termos da fundamentação supra.

E assim sendo,

Manter em sua plenitude, todos os termos do edital, e por consequência, a abertura do certame na data de 04 de agosto de 2020, às 09:00hs conforme disposto no instrumento convocatório.

É a decisão. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Inaciolândia-GO,
30 de julho de 2020.


REGIANE FRANCELINA FERREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação